

Parlamentaristas tendem a aceitar sistema após os 5 anos

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

7 OUT 1987

Embora prossigam, em suas reuniões, com a discussão exclusiva de uma tática unificada para quando o sistema de governo entrar em pauta na Comissão de Sistematização, as correntes parlamentaristas caminham discretamente para satisfazer a maior das condições até agora formuladas pelo Palácio do Planalto: o presidente Sarney cumpriria integralmente um mandato de cinco anos com o presidencialismo em vigor.

A aceitação dessa idéia teve como primeiro núcleo treze dos 24 pefelistas com assento na Sistematização. Ou seja, todos os parlamentaristas, excetuada a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita, partidária da mudança imediata da forma de governo. Trata-se de um grupo numericamente incapaz de impor, sozinho, essa alternativa a ser inscrita entre as disposições transitórias da futura Constituição, numa comissão integrada por 93 membros, entre os quais calcula-se hoje que 53 sejam parlamentaristas.

A viabilização da proposta começou a surgir, no último sábado, em duas reuniões que o governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), manteve com grupos peemedebistas. O governador, partidário de cinco anos para Sarney e parlamentarismo implantado apenas no mandato de seu sucessor, passou a atuar em sintonia com o deputado Genebaldo Correia, que é também presidente regional do PMDB baiano, e que por sua vez também passou a recolher os frutos da passagem por Brasília, na semana passada, do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, defensor do mesmo cronograma e com óbvia influência na bancada gaúcha.

Na Comissão, o veto ao 2º turno indireto

Do enviado especial a Brasília

Pouco mais de quarenta parlamentaristas integrantes da Comissão de Sistematização, decidiram ontem votar em bloco o dispositivo do substitutivo Cabral-2 que prevê um segundo turno indireto, a cargo do Congresso Nacional, para a eleição do presidente da República. Caso prevaleçam os dois turnos do pleito presidencial, ambos serão feitos pelo voto popular.

Foi esta, por enquanto, a única unanimidade obtida ao final de uma sucessão de reuniões, iniciadas na última sexta-feira, com o objetivo de acertar os pontos para quando se votar as disposições permanentes do substitutivo relativas à forma de governo.

Nenhuma declaração indica, por enquanto, o crescimento desse projeto. E por dois motivos. Primeiro; ele dividiria o bloco parlamentarista. Segundo; prevalece a constatação de que o Planalto não deseja negociar, constituindo-se em imperdoável inabilidade a entrega antecipada dos pontos.

De qualquer modo, essa tendência permitiria que a nova forma de governo não fosse um instrumento hostil ao presidente Sarney, bastando negociar apenas com o grupo Covas — cujos integrantes, aliás, mencionam cada vez menos a exigência de um mandato de quatro anos para o atual presidente.